

# A natureza humana: mito que teima em permanecer

CLARA QUEIROZ (\*)

## A NATUREZA HUMANA: MITO QUE TEIMA EM PERMANECER

Há dois aspectos que me parece importante referir a propósito das teorias deterministas de tipo biológico. Um é o da crença profundamente interiorizada na existência de uma *natureza humana*; o outro é o de que a ciência não se constrói no vácuo: é um produto social e, como tal, está sujeita, entre outras, às influências ideológicas do contexto histórico-social em que se insere.

## O MITO DA NATUREZA HUMANA

Para além do reconhecimento do *outro*, tal como este se apresenta em cada momento, parece existir também uma necessidade de enquadrar, justificar, encontrar leis gerais que se lhe apliquem. Nessa tentativa procuram-se razões tranquilizantes para as contradições, para a violência e desigual-

dades do mundo em que cada um se insere. Nessa busca de leis gerais o indivíduo é influenciado pela ideologia da classe dominante. E a esta, mais do que a qualquer outra classe, é *necessária* uma explicação que não ponha em causa a ordem estabelecida.

A sociedade europeia até ao séc. XVII era caracteristicamente estática e tanto a posição social de camponeses como a de possuidores de terra era atribuída aos desígnios de Deus. E aos desígnios de Deus está ligada a ideia de *natureza* e de *natural*. De acordo com o teólogo do séc. III Tertuliano tudo o que está em consonância com a ordem estabelecida é natural, vem de Deus, o que não está é contra-natura, vem necessariamente do inimigo de Deus. A análise que Lovejoy (1948) faz do pensamento de Tertuliano mostra que «A invocação da natureza como norma ... funciona de artifício retórico para condenar qualquer costume pagão que difira dos costumes dos cristãos». O argumento tradicional da igreja católica ao condenar a contraceção é baseada na ideia de que os produtos químicos não são naturais.

As alterações ideológicas e o abalo que a rigidez da estrutura social sofreu com a

---

(\*) Bióloga. Docente na Faculdade de Ciências.

revolução burguesa do séc. XVIII não puseram de lado a necessidade de uma explicação da sociedade que se eximisse à vontade humana: a *natureza* continuou a ser invocada na defesa de valores tradicionais. É deste modo que Malthus (1798) defendeu a monogamia com o argumento de que «o mandamento da natureza e da virtude parece ser o da ligação desde muito cedo a uma só mulher» e que Graves (1841) discutiu o papel social da mulher americana nos seguintes termos: «O nosso principal objectivo, através destas páginas, é o de provar que os seus (da mulher) deveres domésticos absorvem mais a sua atenção do que qualquer outro assunto — que a casa é a sua esfera de acção apropriada; e que, sempre que ela negligencia os seus deveres ou sai desta esfera de acção para se imiscuir em algum dos grandes movimentos públicos do quotidiano, ela abandona o local que Deus e a natureza lhe atribuíram.»

Já não é (ou não é só) a vontade de Deus, mas qualquer essência inerente à própria matéria, que se sobrepõe à vontade humana e em nome da qual se vai também encontrar a razão porque numa sociedade baseada nos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade subsiste um tão grande desequilíbrio na distribuição da riqueza e na condição humana. Continua a haver ricos e pobres, dominadores e dominados tanto dentro de como entre países. E assim vemos o argumento religioso ser substituído pelo argumento positivista que não dispensa a crença na *natureza*. Como faz notar Lewontin (1976) a causa desta situação tem que ser encontrada em propriedades individuais e não na estrutura das relações sociais. A sociedade produz tanta igualdade quanto é humanamente possível; as diferenças que subsistem relativamente à riqueza, estatuto e poder não são mais do que manifestações da desigualdade natural da capacidade humana. O princípio da

meritocracia, incorporado desde a revolução burguesa, permanece como ideologia dominante nas sociedades industriais. É ele que leva Carlisle (1918), director do *New York State Board of Charities' Bureau of Analysis and Investigation* a afirmar «Aqueles a quem falta capacidade intelectual vão parar aos mais baixos níveis da nossa vida social e acabam nos bairros de lata... Os mais activos e mais dotados de entre estes abandonam os seus semelhantes mais deficientes. O resíduo que permanece é, consequentemente, composto daqueles de menor valor social ... Subsiste com frequência um resíduo de famílias que ... não encontra trabalho ... A velha doutrina da predestinação, agora revestida de moderna psicologia, reafirma-se de novo.»

A impotência individual perante a imensa tarefa que constitui a alteração da ordem estabelecida leva à incorporação de explicações exteriores e de carácter estático, que constituem referenciais em relação aos quais o indivíduo se localiza bem como ao mundo que o rodeia. Os reflexos desta busca de um determinismo exterior à própria estrutura social que a explique encontram-se, ainda hoje, na cultura popular. Expressões como «quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita», «está-lhe na massa do sangue», «tal pai, tal filho», «é a intuição feminina», contêm implícita a ideia tranquilizante de que há uma *natureza humana* contra a qual nada se pode. Outros *clichés* — «sempre houve pobres e ricos», «não sou eu quem vai endireitar o mundo» — revelam mais explicitamente a sua função ideológica na preservação da ordem estabelecida.

Na verdade, um certo tipo de determinismo biológico da estrutura social e da condição humana está tão profundamente interiorizado e parece tão lógico, na sua aparente relação de causa e efeito, que a tentativa da sua desmistificação afigura-se tão árdua

como diz Lewontin (1976) teria sido, no tempo de Galileu, demonstrar que é a Terra que gira em torno do Sol!

## O DETERMINISMO BIOLÓGICO

A descoberta do mendelismo em 1900 e a grande expansão da biologia que se lhe seguiu alteraram a terminologia sem, no entanto, abalar as teorias deterministas. A concepção de uma humanidade com carácter estático subsiste, agora esse carácter é-lhe conferido pelas especificidades biológicas pré-determinadas. É Darlington (1953), professor de Botânica na Universidade de Oxford, quem diz que «os materiais da hereditariedade contidos nos cromossomas são a matéria sólida que, em última análise, determinam o curso da história»; é Herrnstein (1973), professor de Psicologia na Universidade de Harvard, quem afirma que «quando a tecnologia substituir totalmente mangas-de-alpaca, lenhadores e outras vocações simples, a tendência para o desemprego será detectável nos genes de uma família como o QI o é agora».

Casos como estes, de crença num determinismo biológico, por parte de cientistas que influenciaram no seu campo o desenvolvimento da ciência, são por demais conhecidos. Bastará lembrar que nem o racismo, nem o papel da mulher na sociedade, nem a esquizofrenia, nem a criminalidade, nem a homossexualidade, nem as classes sociais escaparam a serem explicados em termos de moléculas, de genes, de cromossomas, de estruturas anatómicas.

É o que ressalta da análise de Kate Millet (1971) ao colocar este problema a propósito da situação da mulher: «Cada disciplina social contribui para o re-estabelecimento e manutenção de um *status quo* reaccionário em política sexual, cada um atra-

vés dos seus próprios métodos de raciocínio: os antropólogos ao estudarem as divisões de trabalho de um grupo cultural e ao atribuírem-nas a uma origem biológica; os sociólogos ao anunciarem que se limitam a registar fenómenos sociais e acabando, gradualmente, por os ratificar, ao notarem que o comportamento não-conformista constitui, de facto, um desvio e produz “problemas”; os psicólogos ao deplorarem o desajustamento individual ao papel social e sexual e acabando, finalmente, por justificar ambos como inerentes à natureza psicológica, fundamental às espécies, e biológica na essência. Mais tarde este ponto de vista adquiriu suficiente força para passar à ofensiva.» Em resumo, o *outro* é referido em relação a um padrão, que foi sempre o definido pela classe dominante, aquele que sempre interessou à manutenção da ordem estabelecida.

## A NEUTRALIDADE (?) DA CIÊNCIA E DOS CIENTISTAS

Embora Pasteur afirmasse que, ao entrar no laboratório, deixava à porta os seus credos religiosos, esta não parece ser uma atitude possível para qualquer ser humano, se é que o era para ele. Vimos como «a filosofia espontânea» leva muitas vezes também os cientistas a justificar a ordem social, não em termos dos *desígnios de Deus*, nem tão-pouco afirmando que *quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita*, mas buscando causas na própria ciência, mesmo quando os dados lhes não permitem tais conclusões.

Os fenómenos vivos são estudados a vários níveis de integração que poderão ser agrupados hierarquicamente em molecular, celular, organismal e social. Detectam-se, nos casos apontados, elementos de reducionismo que consistem na atribuição de causas de acontecimentos a um nível hierárquico su-

perior a acontecimentos de um outro nível inferior. De acordo com Rose (1973) não se propõe a existência de distinção absoluta entre os acontecimentos pertencentes a um nível e os de qualquer outro. Porém, as relações entre os vários níveis não são quase nunca de causa-efeito, mas sim relações complexas que não permitem a simples extrapolação. Existem interacções entre as várias hierarquias de organização que têm que ser consideradas em todas as direcções. Além disso, a cada nível vão aparecer caracteres novos, desconhecidos do nível precedente. Quando a existência de um cromossoma Y extra, num cariótipo humano, é apontada como a causa do comportamento criminal do indivíduo que o contém (Jacobs, 1956) está-se a cometer um erro científico, porque o estado actual da genética mostra-nos que a complexidade das interacções na acção génica não se compadece com explicações tão simplistas; por outro lado, a noção de comportamento criminal é estranha à genética e varia de acordo com as sociedades. As características do comportamento e das sociedades humanas, tendo sem dúvida um suporte biológico, são fenómenos iminentemente culturais. Como diz Ruffié (1976) «vivemos ainda num equívoco ancestral, que consiste em confundir o biológico com o cultural e que nos leva a transpor arbitrariamente, para o domínio social, um certo número de leis da biologia.

Um outro aspecto implícito nas afirmações de Darlington e Herrnstein, entre outros, é já de carácter filosófico. Consiste em explicar o *todo* pela soma algébrica das suas partes sem atender às interacções que ocorrem entre elas, nem às características específicas dessa *unidade* que é o *todo*. Para concretizar, diria que a noção de célula é enriquecida pelo conhecimento que a análise dos seus constituintes permite; mas o somatório desses constituintes, só por si, jamais levarão à noção de célula.

Podemos concluir que o cientista está sujeito às mesmas influências que os outros membros da comunidade social. Se bem que a sua forma de conhecer e explicar o que o rodeia obedeça a uma metodologia e terminologia específica, a ciência que ele produz não pode deixar de ter a *marca* da sociedade em que ele se insere e das opções que ele tomou. Mas convém aqui fazer uma importante distinção. Enquanto a cultura popular é influenciada pela ideologia da classe dominante, o cientista (e a ciência) está ao serviço dessa classe dominante, fornecendo-lhe conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento da capacidade industrial e, não raramente, fornecendo-lhe argumentos que fortalecem a ideologia necessária à manutenção da ordem estabelecida. É este aspecto que leva Lewontin (1976) a falar no «determinismo biológico como arma social».

Penso que o que caracteriza a actividade humana é a dinâmica da sua criatividade, a evolução cultural que, ainda que possibilitada pela estrutura biológica, a ultrapassa. Uma *natureza humana* com carácter estático e universal não existe. A condição humana só pode ser entendida na sua dinâmica em referência ao tempo e ao espaço; só poderá ser explicada pelas interacções entre todos os níveis hierárquicos de organização, salientando o que lhe é único, e não pelos seus componentes. No dizer de Cooper (1978) «a “natureza humana” é fictícia porque, por mais que tentemos, nunca podemos repetir-nos — cada regresso é a um novo lugar».

#### REFERÊNCIAS

- CARLISLE, C. L. (1918). «The causes of dependency based on a survey of Oneida County». *State of New York State Board of Charities, Eugenics and Social Welfare Bulletin*, 15: 459-60.
- COOPER, D. (1978). *A Linguagem da Loucura*. Editorial Presença.

- DARLINGTON, C. D. (1953). *The Facts of Life*. George Allen & Unwin, Ltd., Londres.
- GRAVES, A. J. (1841). *Woman in America: being an examination into the moral and intellectual condition of American female society*. Harper & Brothers, Nova Iorque.
- HERRNSTEIN, R. J. (1973). *IQ and the Meritocracy*. Little Brown and Co., Boston e Toronto.
- JACOBS, P. A. et al. (1965). «Agressive behavior, mental subnormality, and the XYY male». *Nature*, 208: 1351-52.
- LEWONTIN, R. C. (1976). «Biological determinism as a social weapon». *Biology as a Social Weapon*. Burgess Publishing Company, Minneapolis: 6-18.
- LOVEJOY, A. O. (1948). *Essays in the History of Ideas*. Johns Hopkins Press, Baltimore.
- MALTHUS, T. R. (1798). «An essay on the principle of population». *Population, Evolution, and Bith Control*, ed. Garrett Hardin, 1964. Freeman and Company, San Francisco: 4-16.
- MILLETT, K. (1971). *Sexual Politics*, Avon, Nova Iorque.
- ROSE, S. (1973). *The Conscious Brain*. Weidenfeld and Nicolson, Londres.
- RUFFIÉ, J. (1976). *De la Biologie à la Culture*. Flammarion, Paris.
- *La Nouvelle Grille*. R. Lafont, 1974.



vega | universidade

---

UMA COLECCÇÃO DIRIGIDA  
A ESTUDANTES E PROFISSIONAIS  
DE TODOS OS RAMOS  
DAS CIÊNCIAS

---

Alguns títulos publicados:

**A Reprodução — Elementos para  
uma Teoria do Sistema de Ensino**  
P. BOURDIEU e J.-C. PASSERON

**Psicoses Infantis**  
S. LBOVICI, D. WIDLÖCHER, C. KOUPERNIK  
e outros

**Morfologia do Conto**  
VLADIMIR PROPP

**Etnopsiquiatria**  
F. LAPLANTTNE

**Genética das Populações**  
E. BINDER

**Sobre a Psicanálise**  
H. EY, D. WIDLÖCHER, R. HERALD e outros

**História da Educação**  
ROGER GAL

**Édipo à Luz do Folclore**  
VLADIMIR PROPP

**Psicologia e Educação da Criança**  
H. WALLON

**Grupos e Sociedades — Introdução  
à Psico-Sociologia**  
M. CORNATON

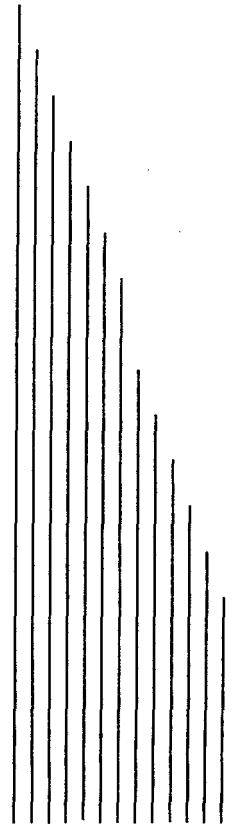
**A Personalidade Neurótica  
do Nosso Tempo**  
K. HORNEY

**Práticas e Linguagens Gestuais**  
A. GREIMAS

**Terapia Familiar**  
MAURIZIO ANDOLFI

---

Rua Jorge Ferreira de Vasconcelos, 8  
(a Entrecampos)  
Tel. 73 00 75 — 1700 LISBOA



**PRÓXIMO NÚMERO:**

■ **PSICOLOGIA**

**E**

**GESTÃO**